


“Cura Gay” e “Terapias de Conversão Religiosa”: incursão analítica histórica pelos percursos discursivos das ciências *psi*

“Gay Cure” and “Religious Conversion Therapies”:
historical analytical
incursion into the discursive paths of *psi* sciences


Ana Paula Pereira Nabero

 <https://orcid.org/0000-0002-4607-0683>


Ronaldo Braga Dantas Filho

 <https://orcid.org/0000-0003-1144-5825>

André Luiz Machado das Neves

 <https://orcid.org/0000-0002-0979-7596>

Breno de Oliveira Ferreira

 <https://orcid.org/0000-0002-0979-3911>

Universidade Federal do Amazonas
Brasil

Resumo

No Brasil dos séculos XIX e XX, o discurso das ciências *psi* referente a gênero e sexualidade introduziram na sociedade a ideia de que as expressões, identidades de gênero e orientações sexuais divergentes da cis-heteronormatividade seriam passíveis de transformação e cura. Na atualidade, é possível observar este discurso no fenômeno da “cura gay” e das “terapias de conversão religiosa” em crescente visibilidade no país. O objetivo deste artigo é descrever os itinerários realizados pelo discurso patologizante das ciências *psi* em uma incursão analítica histórica, assim como a apropriação e uso de parte deste por políticos e religiosos cristãos. Através das contribuições da Análise do Discurso Foucaultiana, buscamos tornar visíveis a materialidade e as relações saber-poder circunscritas em torno do fenômeno da “cura gay” e “terapias de conversão religiosa”, demarcando que interessa à Psicologia a compreensão das consequências contemporâneas de um discurso patologizante produzido historicamente pelas ciências *psi*.

Palavras-chaves: religião; psicologia; discurso; gênero; sexualidade.

Abstract

In Brazil during the 19th and 20th centuries, the discourse of *psi* sciences regarding gender and sexuality introduced into society the idea that expressions of gender identities and sexual orientations divergent from cis-heteronormativity would be subject to transformation and healing. Nowadays, it is possible to observe this discourse in the phenomenon of “gay cure” and “religious conversion therapies” with increasing visibility in the country. The objective of this paper is to describe the itineraries carried out by the pathologizing discourse of *psi* sciences in a historical analytical foray, as well as the appropriation and use of part of it by Christian politicians and religious people. Through the contributions of Foucauldian Discourse Analysis, we seek to make visible the materiality and knowledge-power relations circumscribed around the phenomenon of “gay cure” and “religious conversion therapies”, highlighting that Psychology is interested in understanding the contemporary consequences of a pathologizing discourse historically produced by the *psi* sciences.

Keywords: religion; psychology; discourse; gender; sexuality.

Em *A Ordem do Discurso*, livro produzido nos anos de 1970, Foucault questionou: "o que há, enfim, de tão perigoso no fato de as pessoas falarem e de seus discursos proliferarem indefinidamente? Onde, afinal, está o perigo?" (Foucault, 1971/1996, p. 8). Historicamente, os discursos são controlados, organizados e distribuídos segundo regimes de verdade que determinam saberes, aproximam poderes e ocupam espaços e organizações sociais. Nesse contexto, o presente estudo analisa elementos concernentes ao campo da Psicologia a partir das relações discursivas entre religião, política e direitos sexuais.

As manifestações de gênero e sexualidade humana ocorrem de maneira diversa desde os primórdios da espécie e o que parece se modificar ao passar dos anos são os discursos que circundam tais manifestações (Ceccarelli, 2011). Rotulados de *sodomitas* após o advento do Cristianismo, acusados de atentado ao pudor pelo poder judiciário e categorizados como *doentes mentais* pelas ciências *psi* (Psicanálise, Psiquiatria e Psicologia), pessoas LGBTI+ (Lésbicas, Gays, Bissexuais, Transgêneros, Intersexuais e outras orientações sexuais e identidades de gênero existentes) experimentam em suas histórias de vida as consequências de diferentes discursos acerca de suas existências (Molina, 2018).

No Brasil, entre os séculos XIX e XX, as ciências *psi* introduziram na sociedade a concepção de diversidade de orientação sexual e identidade de gênero enquanto um desenvolvimento patológico da sexualidade humana, considerada passível de transformação e *cura*. Essa concepção científica resultou em décadas de práticas denominadas "terapias de reversão sexual", que tinham como objetivo promover "o retorno" a uma suposta cis-heterossexualidade (Garcia & Mattos, 2019).

Contudo, ainda no século XXI, o Conselho Federal de Psicologia (CFP) demarcou o posicionamento de *despatologização* dessas identidades como a reparação de um grave erro histórico, que produziu estigmas, sofrimentos e violências. No entanto, a concepção patologizante ora disseminada em âmbito científico foi deslocada de seu campo discursivo e compreendida no campo associado às religiões cristãs, sobretudo de vertentes evangélicas pentecostais e neopentecostais, que em sua maioria, emergem de movimentos políticos neoliberais de extrema direita (Conselho Federal de Psicologia [CFP], 1999; Gonçalves, 2019).

Já no contexto religioso, esse discurso vem sendo utilizado em processos descritos como "terapias de conversão religiosa". As práticas igualmente prometem a pessoas LGBTI+ a possibilidade de uma existência cis-heteronormativa. No entanto, essa possibilidade só seria atingida através de práticas religiosas. E no âmbito político, esse mesmo discurso é acionado no Congresso Nacional através de projetos de leis que visam legitimar e garantir essas práticas religiosas (Quintão, 2017; Gonçalves, 2019).

A Psicologia, ao longo dos 60 anos de regulamentação no Brasil enquanto ciência e profissão, tem hoje o compromisso ético e político com a diversidade humana e suas diferentes expressões na sociedade, assegurando o seu fazer a partir

da autonomia e o bem-viver coletivo, individual, e reconhecendo as sexualidades e identidades como constitutivas das subjetividades de cada pessoa (Bicalho, 2022). Dessa maneira, o presente estudo¹ buscou compreender os movimentos realizados pelo discurso patologizante, que historicamente foi proferido pelo saber psicológico, na sociedade brasileira.

Para tanto, observamos e procuramos descrever os caminhos traçados por esse discurso, assim como a apropriação e uso de parte dele por líderes políticos e religiosos cristãos. Identificamos, na literatura, alguns debates das ciências *psi* referentes aos temas de gênero e sexualidade que promoveram a patologização bem como a despatologização dessas existências. A incursão metodológica se deu por meio da investigação em manuais diagnósticos de transtornos mentais, resoluções promulgadas pelo Conselho Federal de Psicologia, teóricos e teorias clássicas e contemporâneas, teses e dissertações e artigos científicos. Ou seja, analisamos os aspectos assimilados dos discursos das ciências *psi* e que foram incorporados a discursos religiosos na atualidade e que são promotores de tentativas de "cura gay" e "terapias de conversão religiosa".

Por fim, buscando demarcar o caráter social dos discursos, utilizamos as concepções da Análise do Discurso Foucaultiana e de comentadores de suas obras. Fundamentados nesta análise, empregamos os conceitos de saber-poder associados aos discursos dominantes para compreender o percurso histórico relatado e suas implicações objetivas na sociedade brasileira até os dias atuais. Sob a perspectiva destes conceitos, buscamos trazer reflexões acerca dos poderes discursivos e sua capacidade de se desdobrar nos corpos que habitam as realidades sociais ao qual se referem.

Os Discursos Científicos dos Séculos XIX e XX e as "Terapias de Reversão Sexual"

Para dar início à reflexão proposta, situamos os discursos das ciências *psi* no século XIX. Na época, os estudos sobre gênero e sexualidade foram marcados por trabalhos de Sigmund Freud e de sexólogos importantes, como Karl Heinrich Ulrichs, Magnus Hirschfeld e Richard Von Krafft-Ebing, que deslocaram o debate sobre gênero e sexualidade do campo criminal para o campo do saber científico. As concepções que circulavam na época eram distintas. Hirschfeld afirmava serem as homossexualidades apenas uma dentre as possíveis formas de manifestação da sexualidade, já Freud acreditava que a orientação do desejo sexual era definida por fatores inconscientes e pulsionais. Ainda assim, foi a afirmação de Krafft-Ebing sobre a existência de uma normalidade heterossexual que se tornou um discurso dominante na sociedade (Teixeira-Filho, 2011).

¹ Agradecimentos à Fundação de Amparo à Pesquisa do Amazonas (FAPEAM) e à Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES).

Foi este discurso que passou a disseminar a ideia de uma "natureza" humana guiada por "instintos" e que anunciava a cis-heterossexualidade como desenvolvimento saudável. Tudo aquilo que não se encaixasse na norma cis-heterossexual era considerado patologia (Ceccarelli, 2011). São estes enunciados que inauguraram a percepção de que as orientações sexuais e identidades de gênero de pessoas LGBTI+ seriam passíveis de modificação, tratamento e *cura* (Garcia & Mattos, 2019).

O discurso dominante proferido pelas ciências *psi* passou, então, a reconhecer o gênero e a sexualidade a partir de uma perspectiva biológica, pressupondo a existência de certa "coerência" entre gênero-sexo-identidade-orientação sexual (Teixeira-Filho, 2011). Não havia, no entanto, um consenso sobre a causa da "anomalia" que afetava as pessoas LGBTI+. Foram postuladas diferentes origens, sendo cogitadas teorias de base endocrinológicas, genéticas e também ambientais para explicar o fenômeno em questão (Garcia & Mattos, 2019).

No Brasil, ainda no século XIX, a primeira publicação que demonstra a circulação desse discurso *patologizante* é a obra *Attentados ao Pudor: estudos sobre as aberrações do instinto sexual*, do professor, da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UERJ), Francisco José Viveiros de Castro (1984/1943). No livro, o autor apresentou um conglomerado de explicações sobre as origens e causas das homossexualidades, que variavam desde uma origem hereditária a um comportamento adquirido. Essas ideias foram importadas dos discursos de médicos, sexólogos e psiquiatras da Europa que estavam em circulação na época (Green, 1999; Molina, 2018).

No que concerne às expressões transgênero, a literatura demonstra ser no ano de 1910 o registro de sua primeira menção como fenômeno psíquico. A partir de então, também passaram a emergir teorias médicas e sociológicas sobre suas existências (Almeida & Murta, 2013; Tilio, 2018). No âmbito do discurso das ciências *psi*, as transgeneridades foram formalizadas enquanto transtorno psiquiátrico ao serem incorporadas no Manual Diagnóstico e Estatístico de Transtornos Mentais (DSM-3) (American Psychiatric Association, 1980), em 1980, sob o termo "transsexualismo", sendo, posteriormente, no DSM-4 (American Psychiatric Association, 1994), substituído por Transtorno de Identidade de Gênero (TIG), e era classificado como "incongruência entre o sexo anatômico e a identidade de gênero". Observa-se que, inicialmente, essa categorização ocorreu por motivos médicos, uma vez que a demanda para cirurgias de redesignação sexual era crescente e profissionais necessitavam de uma classificação médica-psiquiátrica que atendesse a esses sujeitos e respondesse a essa necessidade prática (Arán, Murta & Lionço, 2009; Tilio, 2018).

Ao afirmar que as homossexualidades e transgeneridades configuram psicopatologias, as ciências *psi* instituíram no mundo uma verdade absoluta. Isso porque os discursos científicos são capazes de representar na sociedade aquilo que é ver-

dadeiro e também o que é falso. Através de métodos baseados na "observação, mensuração e classificação", produzem para o coletivo uma verdade "verificável e útil" (Portella, 2007, p.5). O discurso considerado verdadeiro carrega consigo efeitos específicos de poder que possibilita a seus detentores o controle dos corpos, formando-os, influenciando e modificando suas maneiras de se comportar (Foucault, 1978/1979).

Sendo assim, associadas aos discursos patologizantes proferidos pelas ciências *psis*, haviam também práticas variadas na tentativa de "reverter" o gênero e a sexualidade à sua condição "normal" cis-heterossexual. Essas práticas traduzem de maneira material o poder e o controle dos corpos associados a este discurso. As vertentes psicológicas da Psicanálise e da Psicologia Comportamental adquiriram protagonismo nesse contexto, concebendo as existências divergentes como fruto de uma *falha ambiental* ou como um *comportamento* adquirido. Às práticas *psi* que buscavam a normatização das sexualidades e gêneros, deram-se o nome de terapias de reversão sexual (Garcia & Mattos, 2019).

Os discursos patologizantes tendem a normatizar a sociedade e carregam consigo um efeito particularmente problemático para os sujeitos, conforme aponta Portella (2007), ao afirmar que discursos enquanto referenciais normativos costumam gerar violência física ou simbólica. Isso se deve à maneira excludente deste funcionar, uma vez que, para se provar como a norma, necessita livrar-se do que não é verdadeiro. É necessário, portanto, contextualizar a produção do discurso das ciências *psi*, compreendendo sua importância histórica e investigando suas implicações sociais. Nesse sentido, a produção de violências em consequência dos discursos patologizantes é bastante perceptível quando abordamos especificamente a materialidade dessas práticas terapêuticas.

Algumas vertentes associadas à Psicanálise tendiam a tratar a diversidade sexual e de gênero através da psicoterapia. Propunha-se, nesse contexto, um tratamento precoce e outro intensivo para as homossexualidades. O primeiro possuía em foco pré-adolescentes e era realizado através de psicoterapia de grupo, objetivando corrigir experiências passadas e atuais que poderiam culminar no "desvio" sexual. O segundo era aplicado quando o quadro evoluía para uma fase sintomática observável, sendo feito um trabalho clínico psicanalítico (Eddine, 2018).

Já as vertentes da Psicologia Comportamental tendiam a trabalhar sob o viés da dessensibilização sistemática para tentar *reverter* as homossexualidades e transgeneridades. Dentre as técnicas utilizadas, as mais comuns envolviam punição, como, por exemplo, a exposição a sucessíveis choques elétricos. O objetivo desse tratamento era o enfraquecimento ou extinção de respostas homossexuais com o fortalecimento de respostas heterossexuais (Eddine, 2018). No entanto, as taxas de sucesso desses procedimentos se mostraram incipientes (Garcia & Mattos, 2019).

Ainda em 1960, as "terapias de reversão sexual" já eram criticadas nos Esta-

dos Unidos devido ao seu baixo nível de eficácia e efeitos negativos que produziam sobre as pessoas, como ansiedade, culpa pela própria homossexualidade e construção de famílias heteronormativas disfuncionais. O Brasil parece ter seguido a mesma tendência, ainda que com alguns anos de atraso. Em 1980 havia grande circulação de produções científicas patologizantes, momento no qual o *status* de "doença" dessas expressões já era muito questionado na ciência estadunidenses (Bicalho, 2022; Garcia & Mattos, 2019).

Sabemos que a "verdade" produzida pela ciência é supostamente "verificável". O que acontece, então, quando os resultados apontam para outras "verdades"? Isso nos ajuda a pensar sobre essa "contradição" ao afirmar que a verdade não existe. Não há uma verdade absoluta e atemporal imposta nesses discursos, o que existe são verdades plurais, inscritas e construídas histórica e socialmente. Soma-se ao caráter instável das verdades também o seu poder associado. Por mais que o discurso seja dotado de poder, este não é fixo, não é coisa que se possui, mas ocorre como relação móvel que está em constante disputa (Foucault, 1978/1979).

O discurso científico sobre a diversidade sexual e de gênero segue seu percurso circunscrito nesse contexto de dúvida. Ao ser confrontado por suas próprias regras de produção e pela baixa efetividade de suas intervenções, dentre outros fatores que citaremos no próximo tópico, as ciências *psi* passaram a produzir novos saberes. No entanto, ainda que se mudem os discursos, as consequências da concepção patologizante acerca da diversidade não pôde ser apagada ou extinta da sociedade. Dar-se-á seguimento ao percurso histórico em questão e no deslocamento de suas formações discursivas para outros campos.

O Discurso Científico do Século XXI e a Despatologização das Existências LGBTI+

O discurso científico patologizante que surge nas ciências *psi* passou por transformações e promove, até os dias atuais, o que é denominado de *despatologização* das existências LGBTI+ (Gonçalves, 2019). Esse fato se torna possível justamente porque não há, de fato, uma "verdade absoluta". Esse processo não aconteceu sem que houvesse lutas ativistas envolvendo relações com outros atores. O poder associado às verdades produzidas é constantemente colocado em jogo através de afrontamentos incessantes, que transformam, reforçam e, nesse caso, invertem o saber-poder (Maia, 1995). São nessas disputas que os discursos acerca da "verdade" sobre a diversidade se inscrevem até os dias atuais.

O processo de despatologização e de transformação do discurso das ciências *psi* tem como marco de legitimação inicial a retirada das homossexualidades do Manual Diagnóstico e Estatístico de Transtornos Mentais (DSM), o que significa afirmar que essas existências não constituem mais patologias na concepção científica. Entre os anos de 1970 e 1990, diferentes associações passaram a remover de seus manuais as categorias diagnósticas das homossexualidades, como, por exem-

plô, a Associação Americana de Psicanálise, em 1973, a Associação Americana de Psicologia, em 1975, e a Organização Mundial da Saúde, em 1990 (Teixeira-Filho, 2011).

Já a despatologização das transgeneridades é um processo que ocorre de maneira mais recente, sendo sua categoria diagnóstica removida apenas em 2012, na quinta versão do DSM (American Psychiatric Association, 2013). Sob pressão de movimentos ativistas, a Associação Americana de Psiquiatria (APA) substituiu esse termo por Disforia de Gênero, com o objetivo de que tais expressões não fossem mais rotuladas enquanto transtornos mentais. Na Classificação Internacional de Doenças (CID-11), organizada pela Organização Mundial de Saúde, foi retirada a categoria transexual enquanto transtorno mental, embora permaneça no referido manual como uma incongruência de gênero, na seção da saúde sexual, o que aponta para os avanços e os borramentos do processo despatologização das transgeneridades (Tilio, 2018).

Enquanto instituições detentoras do conhecimento acerca da sexualidade e gênero, estas associações são socialmente autorizadas a falar sobre seu objeto de saber e discorrer verdades sobre ele (Foucault, 1971/1996). Ao afirmarem que as homossexualidades não constituem doença e ao modificarem as categorias diagnósticas envolvendo a diversidade de gênero, estão, ao mesmo tempo, produzindo uma nova verdade social. Contudo, conforme citado anteriormente, essa mudança de perspectiva não ocorre sem disputas. Os atores que protagonizaram afrontamentos nessas relações são, principalmente, o movimento LGBTI+, as produções dos Estudos Feministas e da Teoria *Queer*.

No Brasil, no início dos anos 1980, o ativismo homossexual iniciou uma luta pela revogação do Código de Saúde do Instituto Nacional de Assistência Médica da Previdência (INAMPS), que, em conformidade com a Classificação Internacional de Doenças (CID), classificava a homossexualidade como desvio e transtorno sexual. Em 1985, a campanha era liderada, principalmente, pelo Grupo Gay da Bahia e contava com a participação de diferentes organizações e associações científicas, como, por exemplo, as Associações Brasileiras de Antropologia e de Psiquiatria, além de políticos e cidadãos de todo o país. Ao final dessa disputa, o Conselho Federal de Medicina (CFM) recuou, retirando a categoria no mesmo ano (Gonçalves, 2019).

A presença desses diferentes protagonistas no processo de despatologização demonstra a existência de uma rede de relações discursivas descontínuas, que se movimentam no sentido de estabelecer a verdade sobre um objeto, nesse caso, a sexualidade (Foucault, 1969/2012). Além dos manuais, a transformação do discurso científico acerca da diversidade sexual e de gênero se apresenta também na circulação de novos discursos científicos. Diferentes autores avançaram e continuam avançando em produções que destacam a liberdade de expressão de gênero e sexualidade humana. Dentre eles, destacamos a revolução conceitual impulsiva-

onada pelos pensamentos de Michel Foucault (1976/2015) sobre o dispositivo da sexualidade e de Judith Butler (2012) sobre *performance* de gênero.

Na perspectiva de Foucault (1976/2015), a sexualidade se configura enquanto um dispositivo de saber-poder-subjetivação. O dispositivo é definido enquanto um emaranhado de redes discursivas que tomam forma a partir de procedimentos de produção de discursos e prática de corpos. Dessa maneira, o que acontece na sociedade é a produção de um saber sobre a sexualidade, os corpos e as populações e, a partir da articulação discurso-subjetividade-materialidade, é realizada a normatização desses elementos. Foucault inverte a lógica adotada pelos discursos das ciências *psi* dominantes nos séculos XIX e XX ao não conceber a sexualidade como algo natural, mas como produção discursiva e articulação de poder sobre os corpos exercidos, inclusive, pela própria ciência. Através de suas pesquisas, o autor buscou demonstrar as relações de poder e estratégias políticas implantadas que culminam na produção do que é conhecido como sexualidade (Anjos & Lima, 2016).

Butler (2012) também inverte a lógica entre as produções feministas ao não conceber a divisão binária de gêneros masculino-feminino como dado prévio. A autora se propôs a desenvolver uma genealogia feminista de gênero, buscando demonstrar e desconstruir a presunção de sua suposta naturalidade. Propôs, ainda, um conceito de gênero performativo, no qual este e sua divisão binária são performativamente constituídos na medida em que só existem se expressados. O gênero não se constitui enquanto essência inata associada a um corpo, biologia ou espírito, mas se dá constantemente através de performances estilizadas de feminilidade e/ou masculinidade (Anjos & Lima, 2016).

Apesar da retirada das homossexualidades e modificação das transgeneridades nos manuais diagnósticos, além das novas produções e estudos científicos sobre gênero e sexualidade, as práticas de *cura* dessas populações continuaram a acontecer no Brasil. Por volta de 1998, o Conselho Federal de Psicologia (CFP) recebeu denúncias vindas do Grupo Gay da Bahia e outros grupos em São Paulo a respeito de profissionais da Psicologia que consideravam, em suas práticas, as transgeneridades e as homossexualidades, patologias. A denúncia ocorreu após um encontro religioso em Minas Gerais que propunha, primeiramente, um momento de oração e reflexão dentro da crença religiosa compartilhada e, em seguida, participação de uma atividade para cura das homossexualidades coordenada por uma psicóloga (Kahhale, 2011).

Visto que, até o momento, não possuíam nenhuma regulamentação que abordasse posicionamentos como este, o CFP criou um grupo de debate sobre a temática, do qual resultou o desenvolvimento da Resolução nº 01/99. Esse documento é um marco no combate às práticas de "terapias de reversão sexual", uma vez que determina que profissionais da Psicologia não podem desenvolver ou contribuir com ações que patologizem a diversidade de orientação sexual e de gênero, ou

oferecer tratamento de cura para as mesmas (CFP, 1999; Macedo & Sívori, 2018).

Ao longo das últimas duas décadas, a Resolução nº 01/99 tem sido objeto de inúmeras investidas judiciais e legislativas para sustar seus efeitos. Reconhecendo sua importância na constituição da Psicologia brasileira, e também seus desdobramentos e tensões em diferentes arenas discursivas, percebeu-se que ainda era um documento insuficiente. Dessa forma, com sua publicação no dia 29 de janeiro de 2018 – dia da visibilidade trans -, quase vinte anos após a Resolução nº 01/99, o CFP publica a Resolução nº 01/2018, que estabelece normas de atuação para psicólogos em relação às pessoas transexuais e travestis. A Resolução foi fruto de diversas discussões no âmbito do Sistema Conselhos de Psicologia e apresenta importantes afirmações ético-políticas acerca das transgeneridades, assim como de outros conceitos fundamentais para o debate acerca da despatologização das identidades trans e da garantia de autonomia de cada pessoa para a autodeterminação em relação às expressões e identidades de gênero (CFP, 2018; Bicalho, 2022). E em 2022, ano em que são comemorados os 60 anos de regulamentação da Psicologia no Brasil, o CFP frente ao seu compromisso social, publica a Resolução nº 08/2022, que estabelece normas de atuação psicológica em relação às bissexualidades e demais orientações não monossexuais (CPF, 2022).

Em meio às tantas lutas históricas e de resistências travadas, e em diferentes campos de atuação, dentre todas as Resoluções produzidas pelo CPF, é justamente a Resolução nº 01/1999 a que mais sofreu ataques nas esferas jurídica e legislativa, bem como também é o único documento no país que regulamenta a proibição de "terapias de reversão sexual". Ocorre que um crescente número de psicólogos, autodenominados psicólogos cristãos, tem se manifestado no sentido contrário ao determinado pelo Conselho, clamando pelo *direito* de oferecer "terapias de reversão sexual" em seus serviços e continuar a disseminar o discurso patologizante (Macedo & Sívori, 2018).

No discurso utilizado por esses grupos, verifica-se a retórica de que a Resolução fere a liberdade de pesquisa assegurada aos psicólogos, além de ser uma forma de censura. Os religiosos e psicólogos cristãos lançam mão, portanto, do argumento da liberdade individual, seja do psicólogo em oferecer o tratamento que achar mais adequado ou do paciente em recorrer ao tratamento que desejar (Gonçalves, 2019). O que parece estar oculto no discurso liberal desses grupos é justamente a produção de violências inerentes à tentativa de normalização social.

Acreditamos ser pertinente o posicionamento de Teixeira-Filho (2011) ao questionar que: se não há verdades absolutas, mas sim transitórias, quais dessas verdades decidimos passar adiante? As "terapias de reversão sexual" continuam proibidas pelo Conselho Federal de Psicologia. No entanto, o discurso patologizante associado às suas práticas deslocou-se e passa agora a pertencer a outro campo discursivo, legitimando novos modelos de terapias para mudança de orientação sexual e identidade de gênero. A essa nova modalidade prático-discursiva que aciona

discursos patologizantes para realização de *curas* denominaremos "terapias de conversão religiosa" (Garcia & Mattos, 2019).

O Discurso Religioso Cristão do Século XXI e as "Terapias de Conversão Religiosa" no Brasil

As "terapias de conversão religiosa" ganham maior visibilidade no momento em que as ciências *psi* passam a não mais reconhecer os Tratamentos de Reversão Sexual como prática terapêutica. Notadamente, a partir da retirada das homossexualidades dos manuais diagnósticos enquanto patologia, surgem, nos EUA, grupos religiosos que as definem como pecado e visam a eles próprios realizar o seu "tratamento". Um exemplo disso é a organização *Exodus International*, que nasceu no ano de 1976 e se tornou o maior ministério de pessoas "recuperadas" das homossexualidades nos EUA (Garcia & Mattos, 2019).

No Brasil, existem registros de grupos dessa natureza a partir do ano de 1988, com a criação do Grupo de Amigos (GA), além de outros, como o Movimento pela Sexualidade Sadia (Moses) e, ainda, a filial brasileira da *Exodus*. Atualmente, ainda é possível encontrar organizações que promovem essas atividades, como, por exemplo, a própria *Exodus* e o Grupo de Amor, Aceitação e Perdão (GAAP) (Gonçalves, 2019). Nesses grupos, aspectos religiosos como rituais são alternados com intervenções advindas de saberes científicos, tais como grupos de ajuda mútua (Garcia & Mattos, 2019).

O discurso que legitima a prática de "terapias de conversão religiosa" insere as homossexualidades e transgeneridades na ordem moral, onde se compreende que essas expressões contrariam a vontade divina e, por essa razão, configuram um *pecado*, que deve ser evitado e modificado. As "terapias de conversão" são propostas a partir dessa possibilidade de mudança de gênero e orientação sexual, passando das homossexualidades e transgeneridades supostamente antinaturais à cis-heterossexualidade considerada natural (Natividade, 2006).

Os enunciados pertencentes a esse discurso são de que a diversidade sexual e de gênero trata-se de um *comportamento* aprendido ao longo da vida e é favorecido a partir de traumas e experiências de abusos ou violências, ou seja, não representaria a expressão natural do sujeito. Além disso, afirmam tratar-se de um problema espiritual, onde *demônios* e *forças do mal* podem atuar sobre o indivíduo de maneira a influenciar esses desejos sexuais inadequados. Tais concepções das homossexualidades e transgeneridades parecem ser contraditórias, uma vez que adotam uma perspectiva construtivista do desejo sexual, concebendo-o como produto de experiências ocorridas ao longo da vida do sujeito, ao mesmo tempo em que supõem o naturalismo sexual do gênero, que, em seu ponto de vista, é dado por Deus de maneira binária, cis, heterossexual e definida pela característica biológica (Natividade, 2006).

A apropriação dos enunciados e práticas advindas das ciências *psi* dos sé-

culos XIX e XX pelo discurso religioso do século XXI torna-se evidente. A concepção dessas expressões de gênero e sexualidade humana como um *comportamento aprendido* ou *falha ambiental* a utilização de intervenções através de grupos terapêuticos, por exemplo, eram base das "terapias de reversão sexual" realizadas nos séculos passados (Eddine, 2018).

O discurso religioso, assim como o discurso científico, também possui caráter de verdade na sociedade e, por isso, também possui seu corpo de especialistas que exercem a produção discursiva e o controle sobre os corpos. A doutrina religiosa é regulamentada pelo discurso autorizado e legítimo da instituição (Portella, 2007), que, nesse caso, retoma a perspectiva da possibilidade de mudança sexual e de gênero das populações LGBTI+ e concebe as expressões divergentes da cis-heterossexualidade enquanto pecado e desvios de caráter moral. Para que a Igreja tenha sua autoridade normativa respeitada, recorre ao mesmo procedimento de exclusão que foi utilizado pelas ciências *psi*. No entanto, ao invés de regular as expressões no âmbito doença x saúde, regulam na dicotomia ortodoxia x heresia (Valério, 2010).

Natividade (2006) investiga os sentidos do discurso religioso sobre a modificação das orientações sexuais e identidades de gênero, mapeando suas práticas a partir de publicações religiosas sobre o tema. Segundo o autor, acontece a partir de três eixos principais: cura, libertação e restauração sexual. A partir das considerações por ele propostas, compreende-se que, inicialmente, a *cura* é voltada a reestabelecer as práticas sexuais conforme determinado pelo divino, adequando o corpo e sua sexualidade ao modelo de gênero normativo. Uma de suas formas é a *cura das memórias*, onde se busca substituir padrões de pensamentos e comportamentos entendidos como inadequados e reprogramar a mente de acordo com a vontade de Deus. Para isso, utilizam-se de orações, leituras bíblicas e participação em atividades religiosas.

A *libertação* ocorre a partir da confissão dos pecados, ao se reviver e reconhecer os erros passados e receber o perdão divino. Assim, instaura-se a partir disso a noção de um sujeito dotado de autocontrole, autonomia, um sujeito que poderá arrepender-se, confessar seus pecados e renunciar ao erro. Por fim, quando o processo de cura é bem-sucedido, há no sujeito a *restauração sexual*, onde ocorre o retorno ao gênero e à sexualidade tidos como naturais, conforme dado por Deus. Assim, após confessar-se, arrepender-se e renunciar a seus desejos *pecaminosos*, o sujeito exerce uma ética sexual baseada nos princípios da renúncia, contenção e reflexividade diante dos desejos, passando, assim, a adequar-se à vontade divina e ser preenchido pelo Espírito Santo, tornando-se um templo do divino (Natividade, 2006).

Com o tempo, pesquisadores apontaram a ineficácia desse modelo terapêutico, além de relatarem denúncias de violações de direitos humanos e da própria estigmatização que esses procedimentos acabam por promover (Garcia & Mattos,

2019). A legitimação dessa prática, ainda hoje, é proferida por instituições religiosas, principalmente evangélicas pentecostais e neopentecostais, e por aqueles enunciados pelas ciências *psi* de séculos atrás, mas que ainda são acionados como discurso-verdade por psicólogos cristãos (Macedo & Sívori, 2018). Em sua pesquisa, Natividade e Oliveira (2009) mostram como ocorre o apagamento das identidades LGBTI+ através de estratégias mascaradas de acolhimento no campo religioso:

O acolhimento aos homossexuais é a face mais solar de uma estratégia política higienista, agenciada no plano das micro-relações cotidianas, que não atinge os sujeitos diretamente com a ameaça da violência física, mas antagoniza e desqualifica sexualidades consideradas indesejáveis. Esta forma de homofobia pastoral apresenta a desqualificação e o expurgar da diferença como uma atitude ativa de cuidado e zelo para com o outro, consonante com a ética cristã (Natividade & Oliveira, 2009, p. 214).

Ainda que a patologização da diversidade sexual e de gênero nessa perspectiva seja uma agência de disputa, os atores que promovem essa discussão em espaços públicos recusam-se a admitir que endossam uma perspectiva patologizante. Como exemplo, Gonçalves (2019, p. 189) menciona o pronunciamento de Feliciano, pastor pentecostal e político filiado ao Partido Liberal (PL), que no programa televisivo *Super Pop*, afirmou: "cura gay é canalhice e mau-caratismo de movimentos de esquerda! Psicólogo não é médico e homossexualismo não é doença".

Ao precisarem reformular o significado de suas práticas, esses atores demonstram como os discursos que circulam na sociedade se organizam de forma a demarcar quais são os enunciados que podem e não podem circular (Foucault, 1971/1996). A patologização dessas identidades não é mais amplamente aceita e essa articulação discursiva para que se legitimem as práticas propostas pela instituição demonstra como as disputas acerca das verdades moldam os discursos sociais (Gonçalves, 2019).

Ao conceber a possibilidade de abandono de "comportamentos" homossexuais e transgêneros como "prática religiosa", estes discursos produzem os mesmos efeitos normatizadores da "cura" ora promovida pelas "terapias de reversão sexual". No entanto, uma vez considerada prática religiosa, pode acontecer sem empecilhos, visto que, no Brasil, não apenas não é regulamentada como é beneficiada para que possa continuar atuando desta maneira. O Acórdão do Supremo Tribunal Federal referente à Ação Direta de Inconstitucionalidade nº 26 (ADO 26), que versa sobre a equiparação da homofobia enquanto crime análogo ao racismo, por exemplo, traz enquanto exceção, que:

A repressão penal à prática da homotransfobia não alcança nem restringe ou limita o exercício da liberdade religiosa, qualquer que seja a denominação confessional professada, a cujos fiéis e ministros [...] é assegurado o direito de pregar e de divulgar, livremente, pela palavra, pela imagem ou por qualquer outro meio, o seu pensamento e de externar suas convicções de acordo com o que se contiver em

seus livros e códigos sagrados [...] independentemente do espaço, público ou privado, de sua atuação individual ou coletiva, desde que tais manifestações não configurem discurso de ódio, assim entendidas aquelas exteriorizações que incitem a discriminação, a hostilidade ou a violência contra pessoas em razão de sua orientação sexual ou de sua identidade de gênero (ADO nº 26, 2019, p. 7).

O discurso religioso possui um caráter específico capaz de tornar ainda mais cruel a realização das "terapias de conversão religiosa". Sua prática é associada ao que Foucault (1984/2004) denomina de Poder Pastoral. Esse poder é realizado por um líder religioso, que se porta como um pastor, capaz de guiar seu rebanho de ovelhas, determinando onde essas devem andar. Ao seguir os ensinamentos do pastor, as ovelhas são guiadas para a salvação. O poder pastoral deseja o bem de seus governados e é por isso que os conduz (Costa, 2007). Em meio à violência e opressão produzidas em consequência às práticas de conversão, a retórica de acolhimento e salvação vinda do pastor obscurece os efeitos danosos desse processo.

Silva (2017) buscou investigar a trajetória de vida de pessoas que se auto identificam como *ex-homossexuais*. A autora demonstrou que no discurso desses participantes encontravam-se principalmente explicações psicológicas para sua sexualidade, concebendo-a como aprendizagem e também como fruto do ambiente. Ainda que evitasse falar da religião em seu processo, em uma tentativa de validar cientificamente a mudança de orientação sexual, a autora revelou que o discurso cristão-evangélico esteve presente.

As interpretações conservadoras do código moral e doutrinário cristão exercem um efeito poderoso em pessoas LGBTI+. A quantidade de pessoas que procuram a religião como maneira de tentar realizar uma reorientação sexual denuncia a influência e consequência que esse discurso pode tomar na vida das pessoas. Discursos contrários a diversidade de orientação sexual e identidade de gênero podem afetar o desenvolvimento de uma identidade LGBTI+ saudável e positiva, culminando em sofrimentos subjetivos para essas populações (Natividade & Oliveira, 2013)

O uso dos saberes científicos para embasar conversões religiosas é perverso e seletivo, apropriando-se de dizeres borrados e utilizando recortes específicos e não utilizados atualmente pelas ciências *psi*. A apropriação deste discurso ainda não termina nos centros religiosos e ocupam as esferas políticas, culminando, por exemplo, na criação da Frente Parlamentar Evangélica (FPE), que articula na direção contrária aos avanços dos movimentos sociais LGBTI+ (Quintão, 2017). Além de promoverem violências e efeitos no psiquismo dessas pessoas, comprometem a laicidade do Estado e, sob a proteção do *sagrado*, clamam que sua liberdade religiosa está sendo usurpada (Macedo & Sívori, 2018). Perguntamo-nos: liberdade religiosa para fazer o quê? A que hegemonias sociais servem a manutenção desses discursos?

Considerações Finais

As verdades seculares construídas pelas ciências *psi* sobre as expressões de gênero e sexualidades necessitam ser compreendidas e visibilizadas a fim de avançarmos para uma sociedade que não as conceba a partir de determinantes morais ou biológicos. Por isso mesmo, acreditamos ser importante recorrer a fundamentações teóricas que estejam comprometidas com o movimento de despatologização das existências LGBTI+, como as obras de Judith Butler (2012) e Michel Foucault (1976/2015). Estes estudos carregam contribuições capazes de caminhar em um novo sentido, em direção aos afetos, aos direitos e às resistências.

A Análise do Discurso Foucaultiana - chave teórica adotada no estudo - nos permitiu entender as verdades discursivas que, por anos, construíram diferentes enunciados sobre as pessoas LGBTI+. Dentre estes discursos enfatizamos aqueles que circundam até os dias atuais o fenômeno da "cura gay" e das "terapias de conversão religiosa". É preciso compreender os jogos de saber-poder que atravessam estes diferentes discursos, pontuar a diferença de visibilidade social que determinados discursos apresentam em detrimento de outros e, pensamos ainda, necessário ampliar os espaços de discursos que favoreçam a despatologização da existência de pessoas LGBTI+.

Neste estudo, apesar de apresentarmos um percurso histórico, a produção, circulação e materialidade da noção de "cura" das diversidades sexuais e de gênero não seguem uma evolução linear, e a Psicologia contribuiu, de diferentes formas, com esse processo. E em meio aos vários ataques e embates, especialmente acerca da Resolução nº 01/99, buscamos contribuir com o meio acadêmico e científico, a fim de promover uma reflexão crítica em torno das tentativas de "cura" das pessoas LGBTI+ e do papel da Psicologia frente a isso.

É preciso conhecer e reconhecer os eventos de sofrimento psíquico que atravessam as trajetórias de vida de pessoas LGBTI+. Dessa maneira, identificando os efeitos das particularidades que cercam essas existências, assim como algumas de suas significações, acredita-se ser possível pensar em intervenções mais adequadas à realidade e ao contexto experimentado por elas, e principalmente, auxiliando na promoção de saúde mental enquanto dispositivo ético e político de cuidado. Sugere-se a partir deste estudo que pesquisas futuras possam compreender ainda mais profundamente o campo das consequências desses discursos nas existências LGBTI+ em território brasileiro, sobretudo a partir de estudos de campo.

Por fim, acreditamos e demarcamos que discursos dominantes que produzam violências físicas e/ou simbólicas precisam ser questionados em suas materialidades em detrimento de qualquer autoridade discursiva que possuam. É preciso garantir a importância do discurso da laicidade do Estado e adotar esta perspectiva como estratégia de enfrentamento às tentativas de legalização dessas terapias. Antes de um "decaimento moral na sociedade", o que observamos é a transformação e

a apropriação de conceitos ultrapassados a fim de manter como legítimas práticas que já não se justificam em tempos atuais. Indaga-se, portanto: Qual é o papel da Psicologia frente à assimilação e uso de seus discursos para esses fins?

Referências

- Ação Direta de Inconstitucionalidade por Omissão, Supremo Tribunal Federal, 20 de fevereiro de 2019, nº 26, pesquisa de jurisprudência, portal do Supremo Tribunal Federal (Brasil) [Requerente: Partido Popular Socialista, Relator: min. Celso de Mello] <http://www.stf.jus.br/arquivo/cms/noticiaNoticiaStf/anexo/ADO26VotoRelatorMCM.pdf>
- Almeida, G., & Murta, D. (2013). Reflexões sobre a possibilidade da despatologização da transexualidade e a necessidade da assistência integral à saúde de transexuais no Brasil. *Sexualidad, Salud Y Sociedad (Rio de Janeiro)*, (14), 380–407. <https://doi.org/10.1590/S1984-64872013000200017>
- American Psychiatric Association (1980). *Diagnostic and Statistical Manual of Mental Disorders, Third Edition (DSM-III)*.
- American Psychiatric Association (1994). *Diagnostic and Statistical Manual of Mental Disorders, Fourth Edition (DSM-IV)*.
- American Psychiatric Association. (2013). *Diagnostic and Statistical Manual of Mental Disorders, Fifth Edition (DSM-V)*.
- Anjos, K. P. L., & Lima, M. L. C. (2016). Gênero, sexualidade e subjetividade: Algumas questões incômodas para a psicologia. *Psicologia em Pesquisa*, 10(2), 49-56. <https://dx.doi.org/10.24879/201600100020059>
- Arán, M., Murta, D., & Lionço, T. (2009). Transexualidade e saúde pública no Brasil. *Ciência & Saúde Coletiva*, 14(4), 1141–1149. <https://doi.org/10.1590/S1413-81232009000400020>
- Bicalho, P. P. G. de. (2022). Disputas em torno da Regulamentação da Profissão: A Psicologia em Defesa das Orientações Sexuais e Identidades de Gênero. *Psicologia: Ciência e Profissão*, 42(spe), e264832. <https://doi.org/10.1590/1982-3703003264832>
- Butler, J. (2012). *Problemas de gênero: feminismo e subversão da identidade*. Civilização Brasileira.
- Ceccarelli, P. R (2011). Enfrentamento à patologização e à homofobia. In Conselho Federal de Psicologia (Org.), *Psicologia e Diversidade Sexual: desafios para uma sociedade de direitos* (pp. 229-238).
- Conselho Federal de Psicologia. (1999). *Resolução CFP nº 01, de 22 de março*

- de 1999. [Estabelece normas de atuação para os psicólogos em relação à questão da orientação sexual] https://site.cfp.org.br/wp-content/uploads/1999/03/resolucao1999_1.pdf
- Conselho Federal de Psicologia. (2018). *Resolução n. 01/2018, de 29 de janeiro de 2018*. [Estabelece normas de atuação para as psicólogas e os psicólogos em relação às pessoas transexuais e travestis.] <https://site.cfp.org.br/wp-content/uploads/2018/01/Resolu%C3%A7%C3%A3o-CFP-01-2018.pdf>
- Conselho Federal de Psicologia. (2022). *Resolução n. 8, de 17 de maio de 2022*. [Estabelece normas de atuação para profissionais da psicologia em relação às bissexualidades e demais orientações não monossexuais.] <https://site.cfp.org.br/cfp-publica-resolucao-sobre-bissexualidades/>
- Costa, M. J. (2007). Uma analítica do poder pastoral – a emergência das disciplinas em Michel Foucault. *Mnemosine*, (3)1, 80-111. <https://www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/mnemosine/article/view/41306>
- Eddine, E. A. C. (2018). *A psicologia, a educação e as homossexualidades: O normal e o patológico nas produções discursivas das revistas boletim de psicologia, revista brasileira de psicanálise e cadernos de pesquisa nas décadas de 1970 e 1980*. [Tese de Doutorado, programa de pós-graduação em Educação, Universidade de São Paulo]. Portal de Teses e Dissertações USP. <https://teses.usp.br/teses/disponiveis/48/48134/tde-11042019-121021/pt-br.php>
- Foucault, M. (1979). *Microfísica do Poder*. Edições Graal. (Original publicado em 1978).
- Foucault, M. (1987). *Vigiar e Punir: nascimento da prisão*. Vozes. (Original publicado em 1975).
- Foucault, M. (1996). *Ordem do discurso*. Edições Loyola. (Original publicado em 1971).
- Foucault, M. (2004). A ética do cuidado de si como prática da liberdade (E. Monteiro, & I. Barbosa, trad.). In M. B. Motta (org.), *Ética, sexualidade, política. Ditos e escritos* (pp. 264-287). Forense Universitária. (Original publicado em 1984).
- Foucault, M. (2012). *A arqueologia do saber*. Forense Universitária. (Original publicado em 1969).
- Foucault, M. (2015). *História da Sexualidade 1: A vontade de saber*. Paz e Terra. (Original publicado em 1976).
- Garcia, M. R. V., & Mattos, A. R. (2019). "Terapias de Conversão": Histórico da (Des)Patologização das Homossexualidades e Embates Jurídicos Contemporâneos. *Psicologia: Ciência e Profissão*, 39(spe3), e228550.

<https://doi.org/10.1590/1982-3703003228550>

- Gonçalves, A. O. (2019). Religião, política e direitos sexuais: controvérsias públicas em torno da "cura gay". *Religião & Sociedade*, 39(2), 175–199. <https://doi.org/10.1590/0100-85872019v39n2cap07>
- Green, J. N. (1999). *Além do carnaval: a homossexualidade masculina no Brasil do século XX*. Unesp.
- Kahhale, E. M. (2011). *Histórico do Sistema de Conselhos de Psicologia e a interface com as questões LGBT*. In Conselho Regional de Psicologia - 6ª Região (ed.), *Psicologia e diversidade sexual* (pp. 20-24).
- Maia, A. C. (1995). Sobre a analítica do poder de Foucault. *Tempo social*, 7(1-2), 83-103. <https://doi.org/10.1590/ts.v7i1/2.85208>
- Molina, L. P. (2018). Da Deusa Xochipilli à patologização sexual: Os estudos etno-históricos sobre a diversidade sexual. *Métis: história & cultura*, 17(33), 249-266. <https://doi.org/10.18226/22362762.v17.n.33.11>
- Natividade, M. (2006). Homossexualidade, gênero e cura em perspectivas pastorais evangélicas. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, 21(1), 115-132. <https://doi.org/10.1590/S0102-69092006000200006>
- Natividade, M. T., & Oliveira, L. (2009). Nós acolhemos os homossexuais: homofobia pastoral e regulação da sexualidade. *Tomo*, 14(1), 203-227. <https://doi.org/10.21669/tomo.v0i14.504>
- Natividade, M., & Oliveira, L. (2013). *As Novas Guerras Sexuais: Diferença, Poder Religioso e Identidades LGBT no Brasil*. Garamond.
- Portella, R. (2007). Discurso Religioso, Legitimidade e Poder: algumas considerações a partir de Bourdieu, Foucault e Heller. *Revista Fragmentos de Cultura – Revista Interdisciplinar de Ciências Humanas*, 16(78), 567-576. <https://doi.org/10.18224/frag.v16i78.46>
- Quintão, G. F. (2017). A nova direita cristã: alianças, estratégias e transfiguração do discurso religioso em torno do projeto de cura gay. *Estudos de Sociologia*, 22(42), 53-71. <https://doi.org/10.52780/res.9431>
- Silva, O. R. M. (2017). *Trajetórias de vida e mudança de identidade sexual: Quando não se encontra o pote de ouro no final do arco-íris*. [Dissertação de mestrado, programa de pós-graduação em Psicologia, Universidade Federal do Espírito Santo] Dissertações defendidas | Psicologia. <https://www.psicologia.ufes.br/pt-br/pos-graduacao/PPGP/detalhes-da-tese?id=9861>
- Macedo, C. M. R. de, & Sívori, H. F. (2018). Repatologizando a homossexualidade: a perspectiva de "psicólogos cristãos" brasileiros no século XXI. *Estudos e Pesquisas em Psicologia*, 18(spe), 1415-

1436. http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1808-42812018000400020&lng=pt&tlng=pt.

Teixeira-Filho, F. S. (2011). Homofobia e sua relação com as práticas "psi". In Conselho Regional de Psicologia - 6ª Região (ed.), *Psicologia e diversidade sexual* (pp. 41-57).

Tilio, R. (2018). Despatologização da transexualidade: revisão integrativa da literatura científica nacional. *Revista Brasileira de Sexualidade Humana*, 29(1), 39-48. <https://doi.org/10.35919/rbsh.v29i1.40>

Valério, M. E. (2010). Foucault pensando a religião. *Mneme - Revista De Humanidades*, 5(10), 230-242. <https://periodicos.ufrn.br/mneme/article/view/209>

Viveiros de Castro, F. J. (1943). *Atentados ao Pudor: Estudos sobre as aberrações do instinto sexual* (4a ed.). Livraria Editora Freitas Bastos. (Original publicado em 1894).

Nota sobre os(as) autores(as):

Ana Paula Pereira Nabero é mestra em Psicologia pela Universidade Federal do Amazonas (UFAM). E-mail: psi.anapaulanabero@gmail.com

Ronaldo Braga Dantas Filho é mestre em Psicologia pela Universidade Federal do Amazonas (UFAM). E-mail: ronaldodantaspsi@gmail.com

André Luiz Machado das Neves é docente permanente do Programa de Pós-graduação em Psicologia da Universidade Federal do Amazonas (UFAM) e do Programa de Pós-graduação em Saúde Coletiva da Universidade do Estado do Amazonas (UEA). Doutor em Saúde Coletiva pelo Instituto de Medicina Social da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ). E-mail: almachado@uea.edu.br

Breno de Oliveira Ferreira é docente permanente do Programa de Pós-graduação em Psicologia da Universidade Federal do Amazonas (UFAM) e do Programa de Pós-graduação em Saúde Coletiva da Universidade do Estado do Amazonas (UEA). Doutor em Saúde Coletiva pela Fundação Oswaldo Cruz (Fiocruz). E-mail: breno@ufam.edu.br

Data de submissão: 22.05.2023

Data de aceite: 18.12.2023